

O REGRESSO DOS MONGES

Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos

Luis Ferreira Calado
Paulo Pereira
Joaquim Passos Leite

1. Os conjuntos monásticos e as intervenções no âmbito do QCA III

Os conjuntos monásticos constituem uma das tipologias privilegiadas pelo IPPAR em termos de intervenção, muito em especial no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) e em consequência do Programa Operacional de Intervenções no Património (POIP) que se encontra devidamente publicado como linha estratégica global do IPPAR para os anos que decorrem de 2001 a 2006. Para preparar e planear este quadro de trabalho foi elaborada uma lista de imóveis de tipologia monástica afectos ao IPPAR nos quais se asseveraram prioritárias intervenções de fundo:

- Mosteiro de Vilar de Frades
- Mosteiro de Pombeiro
- Mosteiro de Tibães
- Mosteiro de Rendufe
- Mosteiro de S. Pedro de Cete
- Mosteiro de Grijó
- Mosteiro de Arouca
- Mosteiro de Tarouca
- Mosteiro de Ferreirim
- Mosteiro de Santa Maria de Aguiar
- Mosteiro de Lorvão
- Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra
- Mosteiro de Santa Clara-a-aVelha
- Mosteiro de Alcobaça
- Mosteiro da Batalha
- Convento de Cristo
- Mosteiro de Almoester
- Mosteiro dos Jerónimos
- Mosteiro de Flor da Rosa

Trata-se, como é bem de ver, de um dos eixos de trabalho do IPPAR e de um dos seus principais núcleos de investimento, a par de outros, tais como os que contemplam de forma sistemática e mediante processos organizados e objectivos, intervenções na Sés portuguesas, nos Sítios Arqueológicos ou nos Castelos, para mencionar aquilo que poderemos considerar, apesar de tudo, os exemplos patrimoniais “clássicos”¹.

¹ - Sobre este conjunto de intervenções, devidamente planificadas, cf. aa.vv. Intervenções no Património. 1995-2000, Lisboa, IPPAR, 1996; v. ainda, Património. Balanço e Perspectivas. 2000-2006, Lisboa, IPPAR, 2001.

Mas será que os conjuntos monásticos, tais como os concebidos pelo IPPAR, se inscrevem dentro da categoria dos monumentos clássicos? Cremos que sim, pese embora o facto de algumas das intervenções em curso ou previstas se revestirem de um carácter pioneiro e diverso das demais.

Depois de analisada esta listagem encontramos os chamados “pesos-pesados”, os “mamutes” arquitectónicos, precisamente os monumentos mais clássicos de todos, *aqueles mesmo que ajudaram a forjar o próprio conceito de património desde a segunda metade do século XIX*. Trata-se de imóveis que, inclusivamente, se encontram inscritos na Lista do Património Mundial, tais como os Jerónimos, a Batalha, Alcobaça ou o Convento de Cristo.

Estas peças constituem referências centrais da cultura portuguesa e o seu estado de conservação não é de todo problemático², pese embora os necessários trabalhos de manutenção e, para alguns dos casos, as obras de requalificação dos espaços que foram efectuadas ou se encontram em curso, incluindo neste caso, os sistemas de acolhimento para visitantes (guardaria, recepção, loja, instalações sanitárias) em constante melhoramento –ou em pura e simples instalação nos casos em que não existam ainda. Por outro lado, algumas das intervenções efectuadas nestes monumentos revertem de uma *política patrimonial* que obriga a que sejam levados a cabo trabalhos que decorrem da própria exposição pública destes monumentos, dotando-os de valências várias do ponto de vista *funcional* (a todos eles, aliás, com serviços próprios –os chamados “serviços dependentes” do IPPAR, dotados de um corpo técnico e administrativo)³.

É por isso que encontramos estaleiros de restauro de grande porte a laborar no Mosteiro dos Jerónimos procedendo-se aí ao restauro e limpeza das cantarias do claustro. Do mesmo modo se abriu uma frente de trabalhos de consolidação no Mosteiro da Batalha e se instalou uma nova loja no Convento de Cristo. Também por isso se encontra em fase adiantada a musealização de Alcobaça (com a instalação de sinalética e de uma loja –estas já concluídas-, de uma nova recepção bem como de instalações sanitárias renovadas, a par de um espaço multifuncional na Ala Sul, baptizado como *Ala S:Bernardo*).

Pode dizer-se que nestes casos *as obras jamais param*, bem como o movimento permanente induzido pelos próprios objectos patrimoniais, uma vez que são *dos monumentos mais visitados do país*, chegando a atingir picos de cerca de 300.000 visitantes ano e mais de 4.000 visitantes por dia⁴.

Porém, outros monumentos da lista acima indicada não obedecem a este estatuto. Pelo contrário, são discretíssimas obras (algumas delas estupidas, como é óbvio) mas ainda mal conhecidas e pouco visitadas. Por razões várias:

- a) Encontram-se fora dos circuitos privilegiados do ponto de vista do turismo cultural ou religioso⁵;
- b) encontram-se em situação de retiro rural, em áreas de escassa acessibilidade⁶;
- c) são exemplos aparentemente “menores” independentemente do espólio que encerram;

² - O estado destes monumentos é, na sua maioria, estável, podendo para isso ser consultado com vantagem o quadro 6, onde se dá conta do grau de avanço das intervenções.

³ - Trata-se de assegurar aquilo a que no decurso deste artigo chamamos “apresentação”. Na gíria patrimonial, esta palavra está não apenas conotada com a forma física (acabamentos, rebocos, sinalética, etc.) através da qual o monumento se *presentifica* ao visitante, mas exprime também de que forma é que o monumento “se explica” em termos de valências funcionais, de sinalética e de serviços que esse mesmo monumento tem (ou não tem) à disposição do público.

⁴ - Tem sido preocupação do IPPAR controlar a chamada *erosão turística* dos monumentos. É essa a razão pela qual se instalam sistemas de guardaria ou recepções, bem como lojas e, eventualmente, cafetarias, que passam a funcionar, com vantagem, como formas de contenção e controlo do público visitante. Como é bem de ver, o problema tem-se colocado, especialmente, para os Palácios Nacionais, sendo que os conjuntos monásticos pela sua própria dimensão e amplitude permitem um escoamento mais equilibrado de visitas e encontram-se menos sujeitos aos impactos diferenciais de um público de grande mobilidade.

⁵ - V. Quadro 4 relativo a *Acessibilidade*.

⁶ - V. Quadro 5 relativo ao *Contexto*.

d) foram reconvertidos em pousadas, como é o caso de Flor da Rosa.

Certo é que, cada um dos mosteiros referenciados se encontra em situação patrimonial muito diversa.

Quanto à inserção regional, o IPPAR procurou conjugar os *imperativos patrimoniais* (ou seja, os que decorrem da necessidade incontornável de obras de recuperação ou resgate) com a *distribuição de investimento em termos regionais*, tendo em conta equilíbrios que visam dar resposta à consolidação de recursos patrimoniais das regiões, embora de valor amplamente nacional ou mesmo europeu ⁷. Podemos assim constatar que na Região Norte decorrem as seguintes intervenções: Mosteiro de Vilar de Frades; Mosteiro de Pombeiro; Mosteiro de Tibães; Mosteiro de Rendufe; Mosteiro de S. Pedro de Cete; Mosteiro de Grijó e Mosteiro de Arouca. Na Região Centro e interior da Beira Alta, verificamos investimentos no Mosteiro de Tarouca, Mosteiro de Ferreirim, Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, Mosteiro de Lorvão, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Mosteiro da Batalha e no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Na Região de Lisboa e Estremadura constata-se investimentos no Mosteiro de Alcobaça, Convento de Cristo, Mosteiro de Almoester e no Mosteiro dos Jerónimos. Para o Alentejo é objecto de intervenção nesta fase apenas o Mosteiro de Flor da Rosa ⁸.

Claro está que seria absurdo tentar retirar conclusões excessivas desta distribuição. Efectivamente, sem prejuízo do que acima expusemos, o facto é que se encontravam dentro da tipologia patrimonial dos conjuntos monásticos um maior número de casos críticos –e logo, prioritários- no Norte do país –e daí a incidência que se detecta no investimento nos distritos de Braga e Porto. Mas isso também tem a ver com a própria história do monasticismo português.

De resto, o núcleo principal de intervenções do IPPAR repousa numa estratégia de *identificação de casos de trabalho* suportada por um *conhecimento crítico do território e das sua história*.

QUADRO 1. Investimento (QCA III)

MOSTEIRO	CONCELHO	CALENDÁRIO	INVESTIMENTO (mil contos)
Vilar de Frades	Barcelos	2000 – 2006	820
Pombeiro	Felgueiras	2000 – 2003 (1ª fase)	492
Tibães	Braga	2000 – 2003 (2ª fase)	525
Rendufe	Amares	2000 – 2003 (1ª fase)	802
S. Pedro de Cete	Paredes	2001 – 2003	93
Grijó	V. N. Gaia	2001 – 2003 (1ª fase)	267
Arouca	Arouca	2001 – 2003 (1ª fase)	624
Tarouca	Tarouca	2000 – 2001 (1ª fase)	214
Ferreirim	Lamego	2001 – 2003	249
Stª Maria Aguiar	F. C. Rodrigo	2000 – 2001 (1ª fase)	45

⁷ - Recomenda-se a consulta do livro *Património*, op. cit. mormente os quadros estatísticos finais.

⁸ - Não se inclui nesta listagem o Convento de S. Francisco de Santarém, uma vez que este carece de candidatura. No entanto constitui uma das preocupações centrais do IPPAR, sendo certo que a resolução quanto ao projecto de requalificação do edifício se encontrará definido no início de 2002.

Lorvão	Penacova	2000 – 2003 (1ª fase)	240
Stª Cruz de Coimbra	Coimbra	2000 – 2003 (1ª fase)	380
Stª Clara-a-Velha	Coimbra	2001 – 2003 (3ª fase)	1.564
Alcobaça	Alcobaça	2000 – 2002 (2ª fase)	765
Batalha	Batalha	2000 – 2003 (1ª fase)	200
Convento de Cristo	Tomar	2000 – 2001 (1ª fase)	84
Almoster	Santarém	2000 – 2003	157
Jerónimos	Lisboa	2000 – 2002	800
Flor da Rosa	Crato	2001 – 2002	109

2. O monasticismo em Portugal

O monasticismo em Portugal oferece-se em diferentes tempos e em diferentes contextos e conjunturas históricas. A nós interessa-nos, para já, abordar esta matéria na óptica de história da arte e da arquitectura sendo que as matérias “mais finas” relacionadas com as actuações no quadro da conservação, restauro e requalificação do património, virão a ser abordadas, quer em alguns dos artigos deste número da *Revista Estudos*, quer em artigos ulteriores, globais ou parcelares.

Podemos assim, de uma forma resumida e certamente simplista e artificial -mas certamente útil para a definição da paisagem monástica portuguesa- caracterizar doze ciclos⁹:

- I. o *ciclo do eremitismo* e do cenobismo “rural” e pós-pagão dos séculos VI-IX;
- II. o *ciclo moçárabe*, um monasticismo ainda disperso, mas já como uma esboço de “territorialização”, dos século VIII-X ;
- III. o *ciclo condal* (essencialmente beneditino), dos séculos X-XI;
- IV. o *ciclo da primeira dinastia portuguesa* ou ciclo “românico” marcado pelo advento dos cistercienses e pelo alargamento das fundações beneditinas e dos monges de Santo Agostinho (os “agostinhos” ou “crúzios”), dos séculos XII a XIII;
- V. o *ciclo afonsino*¹⁰ e *dionisino*, no qual se assiste à implantação das ordens “novas” mendicantes (franciscanos e dominicanos);
- VI. o *ciclo manuelino*, com o alargamento da implantação de ordens renovadoras como os Jerónimos e os Loios e reformas nos conventos existentes;
- VII. o *ciclo joanino*, com a advento da Companhia de Jesus e a alteração e “secularização” dos sistemas de organização monásticos, bem como os que resultam, a outro nível, do impacto da contra-reforma e das novas “pobrezas”;
- VIII. o *ciclo filipino*, com o reforço das ordens mais tradicionais –beneditinos em especial- período em que se assiste também à sua “urbanização” gradual, e ao recrudescimento dos carmelitas renovados, ainda em pleno clima contra-reformista;

⁹ - As sistematizações contêm sempre defeitos, quer de simplificação, quer de aparente “complicação”. Talvez seja este o caso, que procede a uma identificação um tanto “dura” e estanque de períodos ou ciclos que a história, em bom rigor, não explica assim. Mas trata-se, repetimos, de identificar *trends*, tendências, com reflexos reais –com materialização física em termos do edificado –o que nos importa particularmente, uma vez que se trata de parte integrante do processo de reflexão do IPPAR e de organização do respectivo trabalho.

¹⁰ - De D. Afonso III, em função da continuidade de estaleiros lançados por D. Sancho II ou de novas obras começadas durante o seu reinado.

- IX. o *ciclo da Restauração*, com a retoma dos programas monásticos e conventuais nacionalistas;
- X. o *ciclo barroco*, com a profusão de ampliações e mobilações em todas as ordens já existentes e a entrada em cena dos oratorianos de S. Filipe Nery;
- XI. o *período pombalino*, caracterizado por um recuo do monasticismo e do conventualismo bem como do campo social das ordens e do domínio do religioso em geral;
- XII. o *ciclo do liberalismo*, que pôs termo, praticamente, às ordens religiosas, aliás com conseqüências sociais importantes e conseqüências patrimoniais, a prazo, extremamente pesadas;

À margem destes ciclos ficam as ordens de menor expressão em Portugal, como são os casos dos premonstratenses ou dos cartusianos (este merecendo atenção durante a conjuntura filipina), para apenas mencionar casos de contraste com a vizinha Espanha ou o resto da Europa, ou ainda os casos atípicos (ou compostos por séries especiais de construção) relacionados com as ordens religiosas-militares cristãs: a Ordem do Templo, a Ordem de S. João de Jerusalém ou do Hospital (depois de Malta), a Ordem de Cristo, a Ordem de Avis e a Ordem de Santiago ¹¹.

A cada um destes ciclos *correspondem determinadas tipologias patrimoniais no âmbito do edificado e da arquitectura da paisagem*, o que importa em termos de avaliação dos empreendimentos de restauro, reabilitação e valorização levados a cabo pelo IPPAR.

I . Ciclo paleo-cristão e eremítico

Conhece-se, embora mal, o primeiro monasticismo do período paleo-cristão ¹², mas ainda menos o monasticismo eremítico ou cenobítico ¹³ dos tempos suevos, visigóticos ou moçárabes. Não menos interessante será obter dados, hoje ainda escassos mas em progresso, sobre o monasticismo muçulmano, quer o que se prende com as associações guerreiras ¹⁴, quer com o eremitismo ¹⁵, quer ainda com as diversas tendências espirituais islâmicas (xiismo e sunismo ¹⁶, ou as variantes gnósticas como o sufismo ¹⁷ -para simplificar o tema). Matérias que a

¹¹ - No caso das ordens militares trata-se de avaliar estruturas únicas e impositivas, de carácter monástico mas não só, como sejam o Mosteiro de Flor da Rosa (Ordem do Hospital), de Tomar (Ordem do Templo), da Ordem de Avis (Mosteiro de Avis) ou da Ordem de Santiago (Alcacer do Sal e Palmela) –sendo que dois dos exemplos se encontram maioritariamente na esfera da administração municipal (os casos de Avis e Palmela).

¹² - Um dos exemplos mais importantes é o de S. Cucufate, *villa* romana fundada no século I e remodelada no século III e IV d.c., que receberá uma primeira comunidade monástica, mais tarde reconduzida ao cristianismo “romano”. Não é de afastar a hipótese de algumas das construções ditas “visigóticas” terem constituído mosteiros masculinos paleo-cristãos, quando se dá a passagem de um culto doméstico para um culto mais “manifestado”, no decurso do século VI.

¹³ - Contrariamente ao que acontece na Galiza, são poucos os testemunhos existentes de estruturas monásticas deste tipo, muitas delas de carácter rupestre e dificilmente identificáveis. Estão, no entanto, na origem de inúmeros “mitos de fundação” de mosteiros mais tardios da Baixa Idade Média.

¹⁴ - As “ordens” de monges-guerreiros islâmicos é de presença certa, e o nome da Serra da Arrábida dá disso conta, remetendo para a existência de um *ribat* árabe. Recentemente foram localizados vestígios arqueológicos de um importante *ribat* no Algarve, que se encontra inédito, reservando-nos de dar mais detalhes, o que caberá aos investigadores que dele se ocupam (comunicação pessoal de Rosa Varela Gomes).

¹⁵ - Uma vez mais os elementos são escassos, sendo de esperar que o alargamento da pesquisa dos testemunhos islâmicos no Sul do país venha a surpreender estruturas deste tipo.

¹⁶ - Arriscamos atribuir ao xiismo eventuais estruturas monásticas que se venham a encontrar na Estremadura, não muito longe dos vestígios moçárabes –ou da sua área de interacção religiosa mais importante, enquanto que o sunismo, deverá corresponder ao Sul do país –às terras alentejanas e algarvias.

¹⁷ - Se as anteriores são difíceis de caracterizar, mais ainda as relativas aos gnosticismos islâmicos, sendo certo que existiram no nosso território, próximas das áreas de implantação moçárabe, sendo presumível os contactos entre as duas comunidades religiosas. O que aqui fica dito, reporta-se ao domínio das hipóteses, bem entendido. Os templos ou

arqueologia tem desentranhado, ou que remanescem residualmente em estruturas monásticas mais recentes, já da Idade Média ou mesmo do período Moderno.

Acaso sejam identificados com grau de segurança exemplos desta tipologia patrimonial, o IPPAR considerá-las-à imediatamente prioritárias no universo de intervenções potenciais.

II. Ciclo moçárabe

Se o eremitismo e o cenobismo pelágicos constituem referências quase míticas, salientando-se algumas estruturas de carácter mais monumental que sobreviveram em termos arqueológicos, o moçarabismo apresenta já vestígios mais consideráveis, embora discretos e pouco monumentais. cremos também que o moçarabismo não procede a uma interacção territorial com o peso que as ordens “medievais” mais tradicionais vêm a introduzir. Mas registam-se, mesmo assim, estruturas interessantes do ponto de vista patrimonial que estão em vias de ser recuperadas ou em estudo para uma futura intervenção, tal sendo de momento o caso de S. Gião da Nazaré, *grosso modo*, uma construção de antecedentes visigóticos (século VII) mas certamente reconstruída em período moçárabe (séculos IX-X). Encontra-se em fase de intervenção de consolidação, para futuro restauro, tendo sido efectuados estudos pelo IPPAR com a equipa do prof. Luis Caballero Zoreda do CSIC de Madrid.

O IPPAR prevê desenvolver até ao limite esta área de trabalho, atendendo à grande fragilidade dos testemunhos existentes. O exemplo de S. Gião é um caso extremo de actuação por via do “resgate” (aquisição por expropriação do edifício e envolvente) de modo a cuidar em regime de emergência do seu restauro (processo iniciado em 1996¹⁸).

Outros casos de imóveis afectos ao IPPAR inscritos neste período ou ciclo não oferecem, para já, cuidados de maior, estando nestas circunstâncias a Igreja de S. Pedro de Balsemão (Lamego) e o templo ou mesquita de Idanha-a-Velha, impropriamente chamado “basílica”, este último alvo de trabalhos de restauro importantes durante os anos de 1998 a 2000¹⁹.

III / IV Ciclo condal e o “românico” clássico

A marcação do território ou das “terras” portuguesas virá a fazer-se num primeiro momento pelo monasticismo moçárabe –com poucos vestígios estudados ou identificados, mas no quadro de um saber também em progresso. Porém, é especialmente através da influência borgonhesa que chegam a Portugal as primeiras organizações sistemáticas do monasticismo medieval, com reflexos de âmbito político, social e geográfico –e nas estruturas de produção, como é óbvio. Particularmente no Norte de Portugal, no Condado Portucalense, assiste-se à instalação de monges da Ordem de S. Bento a partir do século XI, sendo a maior parte das nossas mais importantes igrejas românicas os templos de mosteiros fundados nessa altura, mas cuja configuração física resulta de sucessivas alterações levadas a cabo nos séculos XII e XIII. A influência beneditina vai perdurar no território português, sendo o seu assentamento de predilecção –o seu assentamento tradicional, também- o Norte do país, expandindo-se posteriormente –e gradualmente- para o Centro e o Sul do país nos séculos XIII a XVII num processo de *longue durée*.

Os mosteiros beneditinos, na sua maior parte de fundação românica e com estruturas dessa época ainda preservadas ou reveladas arqueologicamente²⁰, respondem a uma ocupação territorial bem caracterizada, com uma relação íntima com a exploração fundiária e inscrevendo-

capelas de forma cúbica mais antigas, conhecidos por “cubas” (*kaabas*), podem ser um reflexo deste movimento, tratando-se de vestígios, algumas vezes cristianizados, de túmulos de “santões” (de homens-santos) muçulmanos.

¹⁸ - Cf. aa.vv. Intervenções; v. ainda, Património.

¹⁹ - No quadro do Programa “Aldeias Históricas” (II QCA). Cf. Intervenções...

²⁰ - Seria dispiciendo dar conta de todos os casos. Porém, no que respeita às intervenções do IPPAR regista-se o aparecimento das antigas estruturas fundacionais beneditinas em Pombeiro e Tibães.

se numa estrutura social de características senhoriais ou mesmo feudais, procedendo a um primeiro enquadramento populacional, facilitado na região setentrional pelo rápido crescimento demográfico que aí se regista, resultando daqui também uma gradual domesticação da terra. De algum modo são, por isso, um dos mais importantes suportes para a estabilização dos territórios cristãos do Norte português por oposição ao centro/Sul ainda dominado pelos árabes.

Do ponto de vista genérico, e sem levar em linha de conta as particularidades programáticas das ordens dominantes, os mosteiros românicos no Norte do país caracterizam-se pela sua estrutura densa e compacta, quase sempre associada a uma torre de características defensivas. O espaço dos templos é quase sempre linear. Pelo exterior desenvolviam-se as estruturas monásticas, geralmente em alvenaria ou mesmo em madeira, com claustros simples (também com suportes de madeira e raramente petrificados –ou só petrificados nos séculos XIV a XVI). Na sua compostura, o edifício do mosteiro apresenta-se com uma aparência fortificada, dotado algumas das vezes de merlões não apenas sobre a torre mas também sobre a própria igreja.

O mosteiro era provido de um mobiliário litúrgico relativamente rico ou, pelo menos, “funcionalmente” rico em termos sociais, tendo em conta os aspectos litúrgicos. Os templos eram na maior parte dos casos ornamentados por pintura mural, sucessivamente retocada ou retomada em moldes iconográficos diversos ao longo dos séculos. A envolvente encontrava-se intimamente associada às actividades da terra, quer dizer: o “campo”, onde laboravam os laicos camponeses e alguns monges, com zonas arroteadas mas uma porção de terras sem desbravamento.

Em termos de análise tipológica mais fina ²¹ há a considerar a existência de igrejas de nave única, largamente dominantes, tendo em conta os reduzidos cabedais que estão na origem das casas monásticas. As variantes são introduzidas pela riqueza da fundação e das esmolas e dotações patrimoniais dos patrocinadores (senhores locais, às vezes o rei). A maior parte dos templos eram cobertos por travejamento de madeira e telha, cabendo apenas ao presbitério maior dignidade e compostura arquitectónica através do abobadamento em meia laranja da capela-mor em ábside circular, ou para as capelas colaterais nos casos em que estas existam. Para os mosteiros beneditinos assinala-se uma tendência para a construção de igrejas de três naves, com o transepto marcado por arcos diafragmas, o que pode ser interpretado como influências de centros irradiantes –tais como os dos estaleiros das Sés do Porto e de Braga – sendo que para este último caso haverá que, justificadamente, considerar reminiscências de “compartimentação” espacial moçárabizante –pese embora o ritual ser outro e não implicar uma divisão nítida entre a nave e o transepto ou pseudo-transepto (referimo-nos, naturalmente, a tendências formais sem uma tradução estrutural tão “forte” quanto a que se verificaria em igrejas moçárabes ²²).

As envolventes físicas (cercas) padecem de uma ocupação territorial que destruiu a sua homogeneidade, sendo escassos –a não ser em casos isolados- o património difuso associado.

De entre os mosteiros que se inscrevem nesta tipologia e que estão a ser alvo de intervenções do IPPAR destaca-se o caso de S. Pedro de Cete, com campanhas de obras no século XII, mas com a sua configuração definitiva encontrada nos séculos XIII-XIV. As restantes dependências, com a torre inclusa virão a sofrer importantes alterações no século XV-XVI, estando parte do imóvel em posse de particulares, o que não facilita a tarefa de uma intervenção global. Depois de trabalhos de restauro da igreja e dependências limítrofes, prepara-se uma empreitada de arranjos exteriores, que interprete a implantação do edifício num área já urbanizada, embora de escala rural.

Neste contexto jogam ainda um papel fundamental os mosteiros dos “agostinhos”. Trata-se de tipologias correntes do ponto de vista de distribuição e funcionalização dos espaços, mas com a particularidade de terem provavelmente como sistema distintivo torres centrais nas

²¹ - Mas ainda simplificadora ou “grosseira”, tirando pela média ou por uma análise das dominantes meridianas, que é o que nos importa em termos patrimoniais. Não configuramos esta análise dentro da tradicional análise de história da arquitectura.

²² - Não é necessário insistir no facto da Ordem de S. Bento proceder a uma “romanização” do culto, afastando os resquícios mais regionalistas do culto moçárabe. Foi essa a sua missão, bem com a dos Bispos de origem borgonhesa ou francesa nomeados para as dioceses durante o século XII, unificando o rito.

fachadas. Foi uma ordem acarinhada pela primeira dinastia e desempenhou um papel fundamental na difusão –ou melhor, na conservação- do saber, disso sendo exemplo o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que lhes irá dar o nome de “crúzios”, edifício profundamente transformado no período manuelino, sendo nessa altura praticamente “refeito” –estando em curso uma empreitada de conservação e restauro das fachadas laterais e das coberturas em complemento à intervenção no portal/fachada.

Neste período inscrevem-se igualmente as primeiras fundações cistercienses, intimamente ligadas à afirmação de Portugal enquanto reino independente. O caso de S. João de Tarouca regista-se como o primeiro, sendo certo que avulta em importância monumental a colossal Abadia de Alcobaça, que é neste momento objecto de uma grande intervenção de restauro e de requalificação, com a abertura de novas áreas ao público. Em Tarouca encontra-se em pleno desenvolvimento um programa de restauro e de valorização que passa pela recuperação do interior do templo (assegurada que está a conservação do seu invólucro exterior), por escavações arqueológicas na área do claustro após expropriação dos respectivos terrenos –onde se identificou a abadia antiga com a sua formulação planimétrica puramente “francesa”. Foi igualmente restaurada a torre sineira do século XVII. O Mosteiro irá receber na alameda situada em frente da igreja o respectivo centro de acolhimento, prevendo-se o resgate da “cadeia” e a construção de um circuito de “pé posto” que explore ao máximo as potencialidades do valor paisagístico do vale onde o mosteiro de implanta.

Em Alcobaça, garantida a manutenção do edificado. -das drenagens às coberturas, exemplarmente restauradas-, procedeu-se à reactivação e requalificação do interior da Ala Sul, decorrendo trabalhos na Ala Norte. Os trabalhos arqueológicos têm esclarecido as formas e funções da primitiva cozinha. Por sua vez, uma loja e um novo circuito de visita com entrada pela Sala dos Reis, reformula a percepção deste grande conjunto, que será enriquecido através da incorporação dos dois claustros restantes, anteriormente ocupados por um Lar de 3ª Idade, entretanto desafecto por acordo entre o Ministério da Solidariedade Social e o Ministério da Cultura..

V – O ciclo dionisino ou mendicante

No período de D. Dinis assiste-se ao advento e implantação das novas ordens de “pobreza” como os dominicanos e franciscanos, destinadas à evangelização das cidades e acompanhando assim o crescimento urbano –e, naturalmente, o aparecimento de uma burguesia citadina e de mestirais sediados no “burgo”. Perante riscos de descristianização nos aglomerados urbanos, perante também a mudança de direcção da sociedade que se torna cada vez mais dependente do comércio ultrapassando a sua fase mais “feudal” e ruralizada, a Igreja adopta as directrizes mendicantes e pregadoras como ancoragem da difusão de um novo catecismo.

Tal corresponde, também, à *ampliação e consolidação do território português para Sul e*, logo, para as zonas de maior expressão citadina, como a Estremadura e o Alentejo. E é nestas comarcas que se vão erguer os primeiros mosteiros franciscanos, como por exemplo o de S. Francisco em Santarém (o de S. Domingos foi vilmente sacrificado nos finais do século XIX). O Convento de S. Francisco, carecendo ainda de um programa de intervenção global, levou à reformulação da estratégia de trabalho de modo a assentar em novos princípios. A intervenção que se prevê levar cabo a partir de 2003, deverá proceder ao “desrestauro” do templo, maltratado por restauros dos anos 50 a 80. O programa de ocupação e reutilização do convento poderá passar pela instalação de um auditório –o que pressupõe o fecho da capela-mor, eventualmente através de restauro por *projecto-cópia*- e a requalificação da quadra claustral.

Trata-se de um monumento que inaugura uma nova tipologia monumental com grande fortuna em Portugal. As igrejas com três naves e transepto saliente possuem cobertura de madeira, sendo abobadadas o presbitério e os absídiolos. Este “tema” arquitectónico será, de facto, reproduzido à exaustão. Trata-se de uma arquitectura despojada e límpida, de algum modo “racional” nos seus pressupostos, com a sua estrutura de fachada “*ad triangulum*”, naves compridas e “modulares” (mais curtas ou mais longas, consoante o programa ou as

possibilidades de financiamento). Não admira, pois, que as igrejas paroquiais dos séculos XIV a XVI se inscrevam nesta tipologia, existindo exemplos em todo o território nacional.

A estrutura cativa das igrejas franciscanas e dominicanas é adoptado, em série, logo em Santarém, com a vizinha Igreja de Santa Clara – a aguardar um a oportunidade de intervenção- e de Almoester, conjunto monástico que, pese embora pertencer à Ordem de Cister (ramo feminino) se inscreve no “modo” da época. Almoester tem sido trabalhado em termos de restauro global, estando em curso a instalação do recheio (maioritariamente altares de talha). A apropriação do claustro e o seu melhoramento e apresentação enquanto ruína, bem como da cerca e de pelo menos de um dos edifícios manuelinos que menos sofreu com a exploração agrícola que ali se instalou durante várias décadas, serão os passos seguintes de uma intervenção ambiciosa, que se estenderá, pelo menos, até 2006.

De entre os templos mendicantes com intervenção de maior fôlego conta-se a Igreja de Santa Clara-a-Velha em Coimbra. Os trabalhos em curso entre 1994 e 1995 previam a construção de um recinto com água envolvendo a igreja, desde há muito inundada. Mas os trabalhos de execução das estacas revelaram a existência de estruturas enterradas. Feita uma primeira prospecção veio a verificar-se que o claustro original se encontrava soterrado e em razoável estado de conservação. Assumida a prioridade da escavação foram instaladas bombas de extracção de água em regime permanente (com doze poços) permitindo o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos. Estes vieram a pôr a descoberto toda o claustro e áreas adjacentes, estando neste momento em curso a empreitada de construção de uma ensecadeira, de modo a preservar os vestígios “a seco”, atendendo à sua monumentalidade. Foi igualmente lançado um concurso internacional de arquitectura, com resultado já conhecido, para a instalação de um centro de acolhimento e de investigação.

Vale acrescentar que o monasticismo mendicante, por acompanhar a afirmação e consolidação dos territórios conquistados a Sul, se constitui como a “forma” característica e tipicamente “nacional” de mosteiro.

VI – O ciclo manuelino

Um dos períodos de maior expansão da arquitectura deve-se aos reinados de D. João II e de D. Manuel, num país conjunturalmente enriquecido pelo trato da Índia e pela riqueza decorrente da exploração das rotas comerciais instauradas com os descobrimentos portugueses e com o seu ímpeto de nova cruzada imperialista.

É também um período de renovação espiritual, quer por via da penetração dos ideais pré-reformistas da *devotio moderna*, quer ainda ou por causa do crescimento de novas congregações, tais como os frades de S. Jerónimo, eles próprios “reformadores” de outras instituições monásticas, ou os frades de S. João Evangelista. Os Jerónimos têm no monumento homónimo um dos mais célebres *lugares de memória* portugueses e ibéricos, tratando-se de uma estrutura estabilizada, mas na qual têm decorrido trabalhos de restauro, tais sejam os da capela-mor e do respectivo retábulo (1998) ou os da limpeza e apresentação do claustro, com o concurso da World Monuments Fund / Portugal, utilizando as tecnologias mais avançadas de restauro e limpeza de pedra.

Neste ciclo, os grandes monumentos fazem a sua entrada na paisagem arquitectónica portuguesa contribuindo para a sua transformação radical. A homogeneidade de programas decorativos e a carga heráldica que deles se apossa confere a este período –relativamente curto- um estatuto especial consagrado na denominação de “arquitectura manuelina”. É nesta altura, também, que se assiste ao lançamento de obras de reformulação em muitos templos, que se vêem assim aumentados e/ou enriquecidos no seu mobiliário interior. Altura também para alguns acertos litúrgicos, como decerto os que denotam a construção de coros-altos em alguns dos templos.

Época também para a confluência num só “modo”, o “hispanico” (ou seja, o manuelino da tradição historiográfica portuguesa) de outros modos de construir: ao “*modo de inglaterra*”, ao “*modo hispanico*”, ao “*modo tudesco*”; a que acresce a moda do luso-mourisco ou do *mudejar* – que tem larga fortuna, inscrito num quadro estrutural gótico ou tardo-gótico, para depois se

dissipar assumindo outras roupagens, como por exemplo através da sua “redução” sábia à azulejaria nos séculos XVII e XVIII.

No cômputo geral, a estruturação dos mosteiros mantém a sua filiação funcional respeitando os canones de cada ordem. Mas assiste-se, sem margem para dúvidas, a uma *monumentalização da arquitectura e a uma renovação sistemática (ou à criação) de novos espaço* nas igrejas e claustros, designadamente, capelas mortuárias ou panteões familiares, ou à consagração tipológica dos *claustros com dois pisos abobadados*: (os casos fundadores dos Jerónimos e de Alcobaça).

O aumento de “escala” dos empreendimentos obedeceu a uma lógica de enriquecimento do reino e logo dos cabedais disponíveis por parte dos patrocinadores- sendo de todos o maior o próprio rei. Mas serviu também uma motivação de *representação pública do poder real*, que inscreve nos edifícios, nas cidades e, logicamente também nos conjuntos monásticos por si patrocinados, a marca heráldica real, ajudando por esta via, e por via da geração dos arquitectos em laboração e da multiplicação de estaleiros –que implica a consequente multiplicação de artífices formados nessas escolas (uma vez que constituíam um recurso de saber e de mão de obra de “segunda geração”, portadora de uma linguagem arquitectónica reativamente normativizada: o “manuelino”)- ajudando, dizíamos, à consolidação de uma espécie de “estilo” com um grau de coerência e de imagem inter-regional assinalável.

VII – O ciclo joanino e o renascimento

O período de D. João III e de D. Catarina fica marcado por uma viragem radical do processo arquitectónico. Mas poderíamos sem risco identificar dois sub-períodos neste ciclo. Um primeiro, em que são as linguagens *de vanguarda* (ou da vanguarda possível) do classicismo que fazem a sua entrada triunfante numa terra arcaicamente (mas imaginosamente) tardo-gótica. E um segundo período em que estes ímpetus renovadores e vanguardistas são *domesticados*.

De facto, em Portugal assiste-se à entrada do renascimento “clássico” a partir de cerca de 1520, o que se torna (por oposição ao manuelino tardo-gótico) numa estratégia nova de apresentação do poder real e dos membros mais esclarecidos da corte e do clero. São raros, a bem dizer, conjuntos monásticos “novos” ou conjuntos monásticos remodeladas e por essa via marcados integralmente por esta linguagem, pelo que nalguns casos o movimento de modernização assumiu características de “epifenómeno” (o caso do interior mais ruralizado), com a grandiosa excepção que confirma a regra: o Convento de Cristo em Tomar. Mas são alguns dos depoimentos mais marcantes que ajudam a “classizar” a arquitectura produzida em Portugal através de estaleiros nucleares e simbólicos de extrema importância²³. Obviamente que Évora, da mesma forma que desempenhou um papel importante como epicentro da renovação estilística do tardo-gótico, a par com a Estremadura no reinado de D. Manuel, assiste agora a um recrudescimento construtivo, como lugar de residência da corte e em função dos seus míticos pergaminhos romanos (cuja celebração remonta ao tempo de D. Manuel, aliás e, logo, a 1500 e à viragem do meio milénio). O caso da Igreja e Mosteiro da Graça em Évora (dos cultos monges agostinhos) corta com a tradição de forma brutal.

Mas é o gigantesco estaleiro do Convento de Cristo, dirigido pelo genial João de Castilho que dá o mote para a adopção de sintagmas clássicos. Começando com uma filiação plateresca e ainda goticista, Castilho rapidamente se apercebe das virtualidades dos novos modelos clássicos e do seu valor cultural e transpõe-nos para a tridimensionalidade do “projecto”. Ou seja, do estatuto de colgadura decorativa e de marca moderna meramente adicionada a um espaço de formação gótica, o renascimento passa a ser ele próprio gerador de espaço e formas (no sentido moderno da palavra). No Convento de Cristo assume foros normativos uma nova disposição em cruz, inspirada em exemplos pragmáticos da arquitectura hospitalar. Daí em diante o modelo será frequentemente adoptado, sempre que os canones espaciais das ordens o permitam.

²³ - Consideramos aqui, para efeitos de inventário, o “renascimento experimental” e o renascimento “puro” ou Alto Renascimento.

Num segundo período, passados os tempos de maior modernização espiritual, outra modernização, mais estrita, a da Contra-Reforma, irá limitar os voos mais criativos e escolher um partido arquitectónico bastante mais simples -aquilo a que por vezes se chama uma visão “reduzida” do classicismo e que na gíria da história da arquitectura ficou conhecido como “estilo chão” (*plain style*, segundo a designação de Kubler). Nas novas sés criadas no tempo de D. João III verifica-se esta redução de meios expressivos e até um retorno a módulos “góticos” do ponto de vista proporcional. O mesmo fenómeno regista-se depois nas obras da Companhia de Jesus em solo português e no ultramar, bem como em mosteiros e conventos em quase toda a parte. Uma arquitectura límpida, de volumes marcados, de fachadas sem decoração, extremamente “económica” mas pesada e impositiva em termos de retórica própria, eis o que define este estilo chão, patente em obras seminais de toda a segunda metade do século XVI mas também em muitos empreendimentos do século XVII (como, por exemplo, esse caso radical de “estilo chão”, dos mais representativos entre os conjuntos monásticos portugueses que é o Mosteiro de Arouca, quadrangular, “básico”, inercial e solene). Do ponto de vista patrimonial, trata-se de grandes casas –verdadeiros *casarões*, na gíria- racionais nos seus pressupostos, e quase sempre de grande escala.

VIII – O ciclo filipino

O ciclo filipino parece reatar por razões de ordem política com as ordens mais tradicionais como os beneditinos, conferindo-lhes uma importância que se reflecte na renovação de que essas casas (outras vez “casarões”), irão ser objecto. Grande programas de ampliação dos espaços, dir-se-ia que Portugal retoma a sua veia espiritualista e vocacionalmente monástica. Um Portugal mais recolhido, de “corte na aldeia”?. É de crer que não. Talvez antes um país subitamente inscrito numa malha imperial de grande porte, europeizado mas por isso também “periferizado”, embora com proximidades quase instantâneas relativamente à sede desse império que se desloca então para Madrid, em pleno centro geográfico e geométrico da Península. Trata-se, também, de uma nova “marcação” da paisagem, em que aos poucos se pretende, eventualmente, aproximar a escala dos empreendimentos lusitanos da escala desmesurada das grande moles conventuais espanholas.

Registam-se também lançamentos de grande obras em mosteiros –com especial incidência nos beneditinos, reatando de uma forma macro-política e religiosa as ligações com a instituição “condal” pré-portuguesa ²⁴, e logicamente mais internacional. Entretanto o país urbaniza-se; e os próprios mosteiros também se “urbanizam”. Parece constituir um peculiar exemplo deste facto a morfologia “desornamentada” dessa belíssima peça arquitectónica que é o claustro dito “do cardeal” em Alcobaça e as respectivas alas Sul e Norte.

É neste contexto que, paradoxalmente, assumem um maior peso as confissões ou mosteiros de carácter eremítico ou de uma “pobreza” renovada, como seja o caso dos Carmelitas, pequenas casas de fé criadas para aumentar o impulso místico.

XIX – O ciclo da Restauração

Naturalmente que com a restauração se assiste a múltiplos “retornos”. Ao “retorno” de um discurso pela primeira vez autenticamente nacionalista, inscrito numa política de Estado, e a retoma dos programas arquitectónicos em estilo chão. Não se trata propriamente de grande obras –pese embora o conjunto de Vila Viçosa, sede da dinastia de Bragança- e o regresso de um certo “cistercianismo” ou de um monaquismo branco, de que as fases subsequentes de Arouca são um grande exemplo, o mesmo acontecendo com as subsequentes obras de engrandecimento de Alcobaça.

Mas este é também o período que vê a implantação de um classicismo de exaltação da fé, traduzido sobretudo na mobiliação dos interiores dos templos. Começa a desenhar-se mais

²⁴ - A estratégia de representação do poder político e dos seus empenhamentos simbólicos adquire expressão máxima com a refundação filipina do Convento de S. Vicente de Fora, uma obra “afonsina” e fundadora.

claramente a distinção entre o “corpo”, pobre e exausto, chão e sóbrio, -que corresponde ao exterior dos templos e dos mosteiros-, e a “alma”, rica e alegre, religiosamente paramentada, ou seja, o seu interior, que se enriquece dos primeiros dispositivos de talha em finais do século XVII e inícios do século XVIII., conforme bem viu José Fernandes Pereira.

X/XI – O ciclo barroco

Eis, por agora, cumprido outro grande desígnio. Desde os tempos manuelinos que não se verificava um surto tão forte de nova construção. A riqueza do tráfego das riquezas brasileiras e um investimento descomunal em obras religiosas, características do tempo de D. João V, vai acompanhar a internacionalização do gosto europeu, barroco, procedendo à transgressão das formas antes estáveis. E o interior dos imóveis, e em especial das igrejas e dos mosteiros, vai ser bastamente enriquecido, através de dispositivos cada vez mais complexos de altares de talha dourada de madeira, de imagens de novas devoções e de santos modernos e contra-reformistas- movimento que se prolonga em todo o país pelo reinado de D. José. Deste período realça-se o Palácio e Convento de Mafra, hino à supremacia lusitana, de novo investida de um *ethos* imperial, ou *quinto-imperial*, a que se acrescenta uma colecção soberba de órgãos históricos e de mobiliário litúrgico, servido pela linguagem ultra-barroca do rocaille. Firma-se de vez a tendência que confere aos mosteiros a sua toada significativa e alegórica, mas sobretudo ilustrativa: é o “tempo das sacristias”!²⁵.

Finalmente, com D. Maria, entra-se em período de final de ciclo, em contraponto ao fortíssimo laicismo impulsionado pelas anteriores políticas (quase anti-clericais) do Marquês de Pombal

O certo é que em finais do século XVIII, pese embora os esforços restauracionistas de D. Maria, se verifica o recuo das ordens no domínio social. Este recuo é tão evidente que se pode dizer que *os programas monásticos terminam aqui*.

XII - O ciclo do liberalismo

Não por acaso entra-se poucas décadas depois em pleno liberalismo. Não por acaso também, foi este um dos ciclos paradoxalmente mais influentes na construção (ou na *destruição ou ablação*) da paisagem monástica portuguesa.

A extinção da ordens religiosas em Portugal em 1834 e a venda em hasta pública dos seus bens levando a uma dramática dispersão de propriedade (e de bens!) transformou uma grande parte destas antigas casas de tesouro em desertos ou ruínas. As consequências mais graves para a gestão contemporânea do património histórico reside neste período sem remissão. E os traumas deste período de vandalismo programático ainda hoje se fazem sentir, isto é: *os problemas que patrimonialmente há que resolver quando se trata de conjuntos monásticos têm, quase todos, na sua maior parte, raíz neste ciclo ou anti-ciclo*. A “moderna” descristianização do território inicia-se aqui. Circunstancias da história.

Exposta esta resenha, esquemática e por vezes até talvez simplista, o certo é que se podem avaliar os termos com que falamos quando falamos da recuperação de conjuntos monásticos, e quais as principais características inscritas na história dos conjuntos e imóveis de que o património trata. Pode, inclusivamente, e a jeito de inventário curioso, estabelecer a seguinte tabela relativa às principais intervenções programadas pelo IPPAR para o período de 2000 a 2006 em conjuntos monásticos.

²⁵ - Parafrazeando ironicamente Georges Duby e o seu *Tempo das Catedrais...*

QUADRO 2

Conjuntos monásticos. Intervenções prioritárias do IPPAR no âmbito do Programa Operacional de Intervenções no Património (POIP) Programa Operacional da Cultura / III QCA		
ORDEM	DIACRONIA²⁶	MONUMENTO
Monasticismo hispânico	sec. VII-IX	S. Gião da Nazaré
S. Bento	sec. XI-XIX	Santa Maria de Pombeiro
S. Bento	sec. XII-XVIII	St ^o . André de Rendufe
S. Bento	sec. IX-XVIII	S. Martinho de Tibães
S. Bento	sec. XIII-XVI	S. Pedro de Cete
S. Bento	sec. XVII	S. Salvador de Grijó
Cister	sec. IX-XVIII	Santa Maria de Lorvão
Cister	Sec. XII-XIV	S. João de Tarouca
Cister	sec. XIV	Santa Maria de Aguiar
Cister	sec. XII-XVII	Santa Maria de Alcobaça
Cister	sec. XVII	S. Pedro e S. Paulo de Arouca
Cister (feminino)	sec. XIV-XVII	Santa Maria de Almoester
Cister (feminino)	sec. XIV-XVII	Santa Maria de Salzedas ²⁷
St^o. Agostinho	sec. XII-XVI	Santa Cruz de Coimbra
S. Francisco (clarissas)	sec. XIV	Santa Clara-a-Velha de Coimbra
S. Francisco	sec. XIII-XVI	S. Francisco de Santarém
S. Francisco	sec. XIII-XVI	St ^o . António de Ferreirim
S. Domingos	sec. XV-XVI	Santa Maria da Vitória (Batalha)
S. Jerónimo	sec. XVI	Santa Maria de Belém (Jerónimos)
S. João Evangelista (Loios)	sec. XVI-XVII	S. Salvador de Vilar de Frades
de Cristo	sec. XII-XVII	Nosso Senhor Jesus Cristo (Tomar)
do Hospital	sec. XIV-XV	Santa Maria de Flor da Rosa

3. Princípios de intervenção

Conhecendo a história, convém agora considerar as diversas frentes de intervenção que se nos apresentam, mormente quanto aos seus princípios norteadores e já devidamente diagnosticados.

Tenha-se desde já em conta que o património monástico se configura como um conjunto de âmbito nacional, transversal na sua essência traduzindo diversas modalidades de intervenção no património:

- i) património arqueológico;
- ii) património imóvel e móvel;
- iii) património imaterial;
- iv) património de carácter museográfico e museológico;
- v) património paisagístico;
- vi) planeamento e ordenamento do território (governo da paisagem);
- vii) disciplina urbana.

²⁶ - Períodos dominantes em termos de campanhas de obras e de mobilização.

²⁷ - Propriedade da Igreja. Concedido em contrato de comodato ao IPPAR para a execução de grandes obras de reparação, conservação e restauro.

Compreende, também, diversas tipologias de bens -ou se se preferir-, *todas* as tipologias de bens culturais:

- i) grandes abadias;
- ii) mosteiros de médio e pequeno porte;
- iii) igrejas;
- iv) conjuntos rurais;
- v) envolventes urbanísticas e rurais;
- vi) exemplos de carácter paleo-industrial e industrial ²⁸;
- vii) arqueologia da arquitectura,;
- viii) arqueologia da paisagem;
- ix) tradições, ritos, cultos, etc.),

Verifica-se assim que as acções que se encontram em curso bem como aquelas que se irão desenvolver reflectem:

- a) um âmbito nacional;
- b) a homogeneidade do universo a intervir;
- c) exemplaridade metodológica;
- d) a potencial capacidade de articulação entre o Estado e os diversos detentores do património;
- e) um desenho global capaz de evidenciar uma política integrada do património cultural.

É possível, assim, definir programas de intervenção mediante diversos níveis de actuação e que passam por:

- a) Levantamentos;
- b) Diagnose;
- c) Realização de trabalhos arqueológicos preventivos;
- d) Propostas de intervenção a curto prazo (em situações mais emergentes);
- e) Propostas de requalificação e valorização a médio e longo prazo;
- f) Projectos parcelares;
- g) Execução de projectos parcelares ou globais, conforme o desenvolvimento actual dos trabalhos em monumentos, e a diagnose dos que carecem de intervenção;
- h) Definição de níveis de actuação no âmbito da gestão urbana e rural relativa a envolventes próximas e distantes;
- i) Estabelecimento de fórmulas de contratualização com:
 - i. Proprietários (particulares)
 - ii. Proprietários (Igreja – fábrica paroquiais e comissões congéneres);
 - iii. Municípios (para âmbitos de actuação diversos);
 - iv. Entidades da administração local (DGT, DGOT, etc.), bem como com entidades de gestão de programas regionais ou transfonteiriços (DGDR, CCR's)

Por sua vez, o património monástico permite uma articulação extremamente eficaz com o universo do turismo cultural, tendo em conta a *definição de "cachos" ou zonas de implantação de acessível identificação* e a necessidade de desenvolver nos exemplos considerados mais críticos ou prioritários, acções de valorização que permitam a *indução desses conjuntos patrimoniais no universo dos novos conceitos de exploração turística*.

3.1. Critérios objectivos de intervenção

²⁸ - O interessantíssimo caso do Convento de Seiça, cuja igreja foi ocupada por uma fábrica de descasque de arroz. Foi recentemente adquirido pela C.M. da Figueira da Foz.

No quadro dos projectos a candidatar, encontram-se particularmente bem identificados aqueles que advêm de uma actuação que se desenrola de há alguns anos a esta parte e que respondem a necessidades imperiosas de salvamento.

Refira-se que estas operações de “resgate”, quando se trata de grandes monumentos ou conjuntos pressupõem uma actuação integrada. Isto é, as intervenções não se ficam pelas obras de conservação e restauro. Pelo contrário são programadas de modo a incrementar a procura do público oferecendo-lhes condições de fruibilidade que irão melhorando gradualmente, senão de imediato.

Tendo sempre como princípio basilar a existência de um programa integrado de trabalho, pode proceder-se à seguinte caracterização de critérios:

3.2. Intervenções em grandes Conjuntos Monásticos

Compreendem a valorização de grandes conjuntos monásticos carenciados de uma intervenção global. Trata-se, em concreto, de *assegurar uma intervenção que conduza à recuperação total das áreas vitais dos monumentos* (incluindo as respectivas cercas sempre que tal for possível, os monumentos nucleares, mas também o património difuso e as envolventes rurais ou urbanas). A nova operatividade destes programas estender-se-á ao restauro do património integrado, bem como à instalação de sinalética, acolhimento do público e divulgação.

- i. Mosteiro de Pombeiro;
- ii. Mosteiro de Tarouca;
- iii. Mosteiro de Grijó;
- iv. Mosteiro de Rendufe;
- v. Igreja e Mosteiro de Vilar de Frades;
- vi. Mosteiro de St^a. Cruz de Coimbra;
- vii. Mosteiro de Arouca;
- viii. Mosteiro do Lorvão.

3.3. Operações de salvamento e restauro

Alguns imóveis, quer porque por se encontram esquecidos, quer porque se encontram em contextos *alterados* ou, ainda, por carecerem, de há muito, de intervenções redentoras, encontram-se em mau estado de conservação, necessitando, também eles, de *programas integrados que os resgatem da sua condição de perda* e os devolvam à fruição pública. Encontram-se neste caso:

- i. Mosteiro de Rendufe;
- ii. Igreja de S. Gião da Nazaré;
- iii. Santa Clara-a-Velha (este monumento assume um carácter de excepção, atendendo à sua grandeza e ao tipo absolutamente pioneiro de intervenção, que permitirá a conservação de um claustro inteiro do século XIV abandonado no século XVII (uma “pequena pompeia”) a salvo das águas do Mondego.

Pode, assim, proceder-se para a globalidade dos monumentos considerados a uma avaliação dos *tipos de ocupação* a que se encontram sujeitos. Estes termos, tendo em conta a historicidade do processo de gestão dos conjuntos monásticos é essencial para se entender a profundidade das intervenções, não apenas “físicas”, mas também de carácter administrativo e gestor.

De facto, por forças das vicissitudes históricas, a maior parte dos conjuntos monásticos foi *desfeiteada* ou, noutros casos, cumulativamente, ocupados por diversas entidades. De entre estas destacam-se os privados, possuidores de parcelas dos edifícios monásticos e parcelas de

cercas. Acrescem ocupações feitas através da instalação de serviços, tais como Bombeiros ou, mais comumente, hospícios (Vilar de Frades e Lorvão), entidades do foro militar (Convento de Cristo em Tomar) ou do Ministério da Agricultura (Almoster, com uma Estação Agronómica em regime de desafectação). Anote-se a ocupação pelas paróquias, que servem a Igreja que se manteve afectada ao culto, valência funcional e ocupacional que tem sido assimilada nas intervenções do IPPAR através da oferta de novos espaços ou de espaços remodelados (Tibães, Vilar de Frades, Alcobaça, etc.), situação que se considera matéria integrante da homogeneidade do conjunto.

Registe-se que a maior parte dos casos mencionados assistiu a um retrocesso das ocupações espúrias através de acordos entre o IPPAR e as instituições não religiosas anteriormente sediadas no monumento (o caso de Alcobaça, Batalha, Tomar, Pombeiro). Noutros casos encontra-se ainda em curso o processo de resgate integral das parcelas de titularidade dispersa. Considera-se que, salvo casos pontuais e devidamente justificados, como acontece, por exemplo, em Arouca, onde residem uma associação de estudos e a Real Irmandade Rainha Santa Mafalda, que gere um museu de arte sacra com um notável acervo, as intervenções do IPPAR têm que partir de uma base programática liberta de compromissos ou constrangimentos de afectação de espaços. Daí as aquisições e as expropriações a que o IPPAR procede, bem como os acordos que promove quer com as autarquias, quer com a Igreja.

QUADRO 3: Ocupações e afectações

MONUMENTO	Privada/parcelas	Serviços	Autarquia	Associações	Paróquia	IPPAR
Vilar de Frades		Hospital				
Pombeiro	Em resgate					
Tibães						
Rendufe	Edifícios					
Cete	Edifícios					
Grijó	Edifícios + cerca					
Arouca		Min.Agricult.				
Tarouca						
Ferreirim	Edifícios					
Stª. Mª. Aguiar	Edifícios					
Lorvão		Hospital				
Stª.Cruz						
Stª Clª.-a-Velha						
Alcobaça	Cerca/parcial					
Batalha						
Tomar		Militar				
Almoster		Min.Agricult.				
Jerónimos						
Flor da Rosa		ENATUR				

3.4. Estabelecimento de “rede” de monumentos

Trata-se, neste caso, de assegurar a continuidade das intervenções que decorrem nestes monumentos, a maior parte dos quais constituídos em “serviços dependentes” do IPPAR e abertos a uma grande oferta turística.

As intervenções obedecem a princípios de *up-grading* e visam, por assim dizer, fechar um ciclo de intervenções que permita a *recuperação integral dos conjuntos, oferecendo-os no seu máximo, à fruição pública qualificada*, através de obras correntes de reparação e restauro, mas também através da instalação de modernas valências de acompanhamento de públicos (cafetarias, loja, circuitos alternativos, instalações sanitárias, entradas renovadas, sinalética e divulgação).

Em suma, trata-se de garantir a *sustentabilidade* para as intervenções já efectuadas com um acréscimo de qualidade. A sustentabilidade das intervenções acima referenciadas é mais facilmente perceptível se se relacionar os monumentos a candidatar ao QCA III entre si, e com outros que decorrem das intervenções correntes ou que já foram objecto de grandes trabalhos de recuperação, conservação e valorização. Assim, é possível estabelecer:

- i. O chamado “*triângulo beneditino*”, incluindo os mosteiros de Rendufe, Pombeiro e Tibães, todos eles aparentados e tendo como “casa mãe” o Mosteiro de Tibães –que era, por sua vez, a “casa mãe” dos beneditinos portugueses. Este aspecto permite ligar através de circuitos turísticos-patrimoniais os diversos monumentos, relacionados por um discurso legitimado na história;
- ii. O *Património de Cister*, que incluirá os mosteiros de Alcobaça, Arouca, Tarouca e Lorvão, sendo que tais monumentos encontrarão depois as “rotas” constituídas por bolsas regionais ou locais instituídas pelas acções a desenvolver no quadro de outro programa, o do *Património de Cister*, instituído em estrutura de projecto em Diário da República e em princípios de operacionalização;
- iii. Instituição de *nexos patrimoniais com redes relacionadas com, outras competências e valores patrimoniais*.
- iv. Constituição de *espaços museológicos “in situ”*;
- v. Graus de acessibilidade: Neste contexto procedeu-se a uma avaliação dos graus de acessibilidade dos monumentos, devendo partir-se do pressuposto que tais graus não inviabilizam a fruição dos monumentos. Nos casos em que seja maior o condicionamento, serão providenciados os meios adequados ou melhorados os existentes. Registe-se que em termos patrimoniais (insistimos, em termos *patrimoniais*...) a dificuldade de acesso pode funcionar como um modo de “reserva” e de preservação diferencial (exceptuando casos mais gritantes de inexistência de acessos, como em S. Gião). No quadro seguinte, consideram-se como *graus de acessibilidade* as categorias de Muito Bom, Satisfatório e Difícil tendo por base os seguintes critérios: por Muito Bom tomam-se os conjuntos situados nas proximidades de grandes eixos viários e ferroviários ou em contexto urbano, devidamente sinalizados; por Satisfatório, consideram-se os conjuntos situados em áreas com acessos secundários, embora com problemas de sinalização estradal e alguns problemas de qualidade de piso; por Difícil, consideram-se os conjuntos situados longe dos eixos viários secundários e mal sinalizados, por vezes com acessos estradais em mau estado.

QUADRO 4: Graus de acessibilidade

MONUMENTO	Muito Bom	Satisfatório	Difícil
Grijó			
Stª. Cruz			
Stª Clª.-a-Velha			
Alcobaça			
Batalha			
Tomar			
Jerónimos			
Arouca			
Vilar de Frades			
Pombeiro			
Tibães			
Rendufe			
Almoster			
Flor da Rosa			
Cete			
Tarouca			
Ferreirim			
Stª. Mª. Aguiar			
Lorvão			

vi. Neste âmbito é igualmente necessário diagnosticar, mesmo que de forma esquemática, o contexto dos conjuntos monásticos em intervenção. Por *contexto* entende-se a situação de *inserção territorial dominante* do conjunto: contexto *urbano*, nos casos em que o conjunto se inscreve num tecido citadino consolidado; contexto *rural*, nos casos em que se encontra isolado em zona de exploração agrária ou cercada de campos de cultivo, parte dos quais na própria cerca; contexto *misto*, quando se insceve em povoações de carácter iminentemente rural, se encontra isolado da cidade a que pertence em zona reservada (o caso excepcional de Tomar) ou se insere num território que possui uma componente habitacional a par da exploração tradicional de características rurais em área tendencialmente desafecta de actividades produtivas.

QUADRO 5: Contexto

MONUMENTO	Contexto urbano	Contexto rural	Contexto misto
Vilar de Frades		Agrário	
Pombeiro		Campos de cultivo	
Tibães		Campos de cultivo	
Rendufe		Vinha	
Cete			Povoação rural
Grijó			Vila + cerca
Arouca			Vila + cerca
Tarouca			Vila + cerca
Ferreirim		Agrário	
Stª. Mª. Aguiar		Agrário + Cerca	
Lorvão			Vila + Hosp.
Stª. Cruz	Centro histórico		
Stª Clª.-a-Velha	Cidade		
Alcobaça	Centro histórico		
Batalha	Centro histórico		
Tomar			Isolado + cidade
Almoster			Povoação rural
Jerónimos	Cidade		
Flor da Rosa			Povoação rural

3.5. Os conjuntos monásticos como recursos culturais

Como é fácil de perceber, a estratégia de investimento no património monástico deve *assentar em princípios activos e não defensivos* de salvaguarda e valorização do património.

Efectivamente, o que se opera através dos investimentos previstos são, não pequenas obras de reparação –em que pouco ou quase nada muda– mas a *reinserção social dos monumentos no quadro de vida das populações*. Na realidade, trata-se de obedecer a uma intenção de *melhoramento e acréscimo dos chamados recursos culturais através dos respectivos recursos patrimoniais*.

Trata-se aqui de elaborar um elenco sumário e esquemático das intervenções realizadas ou em curso. Consideram-se efectuadas as intervenções que possuam já uma percentagem de execução face aos objectos e partes edificadas intervencionados que seja francamente superior à percentagem dos objectos ou parte edificadas por tratar. Em alguns casos, como sejam o Mosteiro dos Jerónimos ou o Convento de Cristo, trata-se de dar conta de trabalhos que entraram já numa espécie de rotina de permanente manutenção e/ou melhoramento. Nos casos de Tibães trata-se de dar conta de um grande conjunto de intervenções que procederam à recuperação gradual do monumento, sendo que estas intervenções dada a sua dimensão, ainda decorrem, pese embora as condições de “apresentação” do monumento terem dado um salto qualitativo nos últimos cinco anos mercê de um investimento superior a 1 milhão de contos. Em curso quer dizer isso mesmo: intervenções faseadas que se encontram em curso. Por projecto entende-se a existência, concreta, de um projecto de arquitectura ou de restauro em vias de ser concursado em termos de execução. Em estudo significa que o monumento se encontra numa fase activa de estudo para o lançamento de empreitadas maiores. Como prevista entendem-se todas as intervenções que se encontram em fase de preparação. Nenhuma das informações prestadas aponta para *wishful thinking*, diga-se em abono da verdade, e este elenco só peca pelo seu excessivo esquematismo, uma vez que para os grandes monumentos, contam-se, por vezes, em simultâneo, e com calendarizações diferentes de execução, cerca de mais de 50 empreitadas ou fornecimentos de serviço. Como acima se disse e agora se reitera, a maior parte das obras nunca têm fim quando se trata de património, havendo ainda que atender, permanentemente, aos desafios que constitui a gestão posterior do monumento, com necessidades de novas intervenções em partes menos visíveis ou no âmbito da instalação e modernização de equipamentos diversos.

QUADRO 6: Intervenções

MONUMENTO	Consolidação	Coberturas e fachadas	Cerca	Pesquisa arqueológica	Património integr.	Recepção	Loja
Vilar de Frades	Efectuada	Efectuada	-	Efectuada	Em curso	-	-
Pombeiro	Em curso	Em curso	Resgatada	Efectuada	Efectuado	-	-
Tibães	Efectuada	Em curso	Restaurada	Efectuada	Efectuada	Instalação	Sim
Rendufe	Em estudo	Em estudo	-	Prevista		-	-
Cete	Efectuada	Efectuada	-	-	Efectuada	-	-
Grijó	Efectuada	Em curso	Em estudo	Efectuada	Efectuada	-	-
Arouca	Em estudo	Projecto	Em estudo	Prevista	Prevista	Prevista	-
Tarouca	Efectuada	Efectuada	Resgatada	Efectuada	Efectuada	Prevista	Prev
Ferreirim	Em estudo	Em estudo	-	-	-	-	-
Stª. Mª. Aguiar	Efectuada	Efectuada	Em estudo	Em estudo	Efectuada	-	-
Lorvão	Em curso	Em curso	-	-	Em curso	-	-
Stª. Cruz,	Em curso	Em curso	-	-	Prevista	-	-
Stª Clª.-a-Velha	Em curso	Efectuada	Em curso	Efectuada	Efectuada	Prevista	Prev
Alcobaça	Em curso	Efectuada	Resgatada	Em curso	Em curso	Sim	Sim
Batalha	Em curso	Em curso	-	Efectuada	Em curso	Sim	Sim
Tomar	Em curso	Em curso	-		Em curso	Sim	Sim
Almoster	Efectuada	Efectuada	Em estudo	Efectuada	Efectuada		
Jerónimos	Efectuada	Efectuada	-	Efectuada	Efectuada	Sim	Sim
Flor da Rosa	Em curso	Projecto	-	Efectuada	-	-	-